



Apropriação de práticas de numeramento e a “indigenização” da gestão nos projetos sociais Xakriabá

Augusta Aparecida Neves de **Mendonça**
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

auganm@yahoo.com.br

Maria da Conceição Ferreira Reis **Fonseca**
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

mcfrfon@gmail.com

Resumo

Neste trabalho, focalizamos processos de apropriação pelo povo indígena Xakriabá de práticas de numeramento na gestão de projetos sociais. Esses processos são aqui chamados “indigenização dos projetos”, parafraseando a expressão “indigenização da modernidade” do antropólogo Marshall Sahlins, que se refere à maneira como os povos indígenas vêm elaborando culturalmente o que lhes foi infligido e como vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma nova ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo. O material empírico submetido à análise é composto por trechos de entrevistas realizadas com Nicolau Xakriabá, como um dos procedimentos de uma investigação etnográfica. Na análise, operacionalizada a partir do conceito de tática de Michel de Certeau, este estudo se vale da perspectiva etnomatemática apresentada por Gelsa Knijnik, para discutir o aspecto pragmático das práticas de numeramento que leva os Xakriabá a submeter-se às regras impostas pelo poder público ou transgredi-las, driblando-as ou as transformando. Assim, indigenizam a gestão dos projetos sociais em suas comunidades.

Palavras-chave: Projetos sociais Xakriabá; Indigenização dos projetos; Etnomatemática; Práticas de numeramento; Táticas.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir os processos de apropriação pelos Xakriabá¹ das práticas que envolvem os processos de gestão dos projetos sociais² que introduziram na vida desse povo indígena toda uma lógica permeada pela cultura escrita, que é regulada por editais, documentos de controle de produção, prestação de contas, pagamentos de serviços que envolvem planilhas, tabelas, cheques, etc. Esses processos de apropriação e seus efeitos são aqui chamados de “indigenização” dos projetos. Utilizaremos o termo “indigenização”, remetendo-nos aos estudos do antropólogo Marshall Sahlins, que se refere à “indigenização da modernidade” para explicitar a maneira como os povos indígenas “vêm elaborando culturalmente tudo aquilo que lhes foi infligido” e como “vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma nova ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo” (Sahlins, 1997a, p. 52).

Os estudos de Gomes, Silva e Santos (2008) mostram que os Xakriabá vêm experimentando mudanças, muitos delas decorrentes da entrada de recursos financeiros oriundos de políticas sociais do Estado, que chegam a esse grupo sob a forma de projetos sociais. Esses estudos mostram também que a gestão dos projetos sociais impõe não só um grande e complicado diálogo entre a comunidade e a máquina administrativo-burocrática do Estado, com seus prazos, rubricas, documentos, mas também a necessidade de a população se organizar para elaborar e desenvolver os projetos sociais. Destacam-se na Terra Indígena Xakriabá a elaboração e a gestão de projetos sociais voltados para a solução de problemas ambientais que degradam o território, bem como um renovado incentivo à produção agrícola e às atividades econômicas, visando à garantia da permanência dos Xakriabá em suas terras.

Frequentemente, nas várias atividades de gestão dos projetos sociais Xakriabá, os modos tradicionais de lidar com quantificações e classificações precisam ser traduzidos para os modelos de formatação marcados pela cultura escrita – que são os que são compreendidos e, por isso, os que são exigidos pelos financiadores. Tanto esses modos de matematizar³ tradicionais quanto os que se tornaram hegemônicos nas culturas grafocêntricas envolvem, além de critérios e procedimentos de resolver problemas matemáticos, de organizar e analisar matematicamente uma situação, e de criar conceitos ou encaminhamentos matemáticos, os discursos que os permeiam, e os que se forjam neles e sobre eles. Por isso, os modos de matematizar são aqui considerados como práticas discursivas e a eles nos referimos neste estudo como práticas de numeramento. O que vamos, pois, analisar são (narrativas de) procedimentos de quantificação, ordenação, mensuração, classificação, apreciação de formas e organização do espaço – práticas de numeramento (Fonseca, 2010) – que se configuram para atender às exigências dos financiadores dos projetos sociais desenvolvidos por povos indígenas, mas que se constituem sob a (e de certa forma também constituem a) lógica Xakriabá de conceber, organizar, operar, avaliar e relatar seus processos de produção, sua vivência, sua cultura.

¹ A população Xakriabá é composta de cerca de 8000 pessoas, que vivem em uma área de, aproximadamente, 55 mil hectares, dividida em mais ou menos 30 aldeias, localizadas nos municípios de Itacarambi e São João das Missões, região norte de Minas Gerais (Brasil). Essa região, próxima ao vale do rio São Francisco, é coberta por uma vegetação de caatinga e cerrado, com poucos rios perenes.

² A expressão projetos sociais, incorporada pelos Xakriabá, designa as ações estruturadas e intencionais de entidades, organizações governamentais e não governamentais, visando a intervir em determinada problemática diagnosticada na comunidade.

³ Usaremos o termo matematizar em referência a modos de resolver problemas matemáticos, de organizar e analisar matematicamente uma situação, de criar conceitos ou procedimentos matemáticos.

Aportes teórico-metodológicos

Etnografia, indigenização e concepção de cultura

A etnografia, por meio da qual produzimos o material empírico que submetemos à análise neste estudo, embora tenha começado a ser desenhada em diversas oportunidades de inserção entre os Xakriabá, durante os últimos 13 anos, assumiu intencionalidade e sistemática no desenvolvimento da investigação, orientada por uma reflexão sobre cultura, práticas culturais e apropriação de práticas culturais, tecida no confronto das perspectivas de autores como Sahlins (1997 a,b) e Rockwell (2010) com aquilo que pudemos testemunhar entre maio de 2011 e janeiro de 2013, nos dez períodos de aproximadamente dez dias cada um passados nas aldeias Vargens e Sumaré 3, nas quais os projetos pesquisados aconteciam. Neste artigo, analisamos trechos do depoimento de Nicolau, liderança Xakriabá, buscando identificar em suas narrativas dos processos de gestão dos projetos sociais, indicações do que estamos chamando de “indigenização” dos projetos sociais Xakriabá.

Para Sahlins (1997a), “indigenização da modernidade” é um conceito que nos permite analisar a tensão entre a homogeneização e diversificação no mundo globalizado, significando um jogo de integração global e de diferenciação local. De acordo com o autor, a globalização não homogeneiza as culturas locais; ao contrário, as culturas locais tendem a se apropriar da cultura global como instrumento de reafirmação da própria identidade.

Segundo Sahlins, no processo da indigenização é preciso compreender como as mudanças ocorrem. Para ele, as mudanças não acontecem de forma arbitrária e elas se devem, em parte, ao fato de que são os povos indígenas que estão mudando e que eles “não se pensam necessariamente como periféricos. Estão onde está a vida, e são as outras coisas que são periféricas. Eles operam com elas em termos do seu próprio sistema.

Dessa forma, muitos povos estabelecem processos de reafirmação de sua cultura pela apropriação de externalidades que trazem para dentro de seu próprio sistema, onde elas passam a ter valores muito poderosos. Assim, eles podem apoderar-se de bens, técnicas ou do que quer que venha de fora, transgredindo as próprias fronteiras. Entretanto, esses povos, de posse de ideias ocidentais, colocam-nas dentro de suas próprias ideias, conferindo a elas valores relacionados a seu próprio conjunto de valores, e as utilizam.

Portanto, sem desconsiderarmos as contradições existentes na relação dos Xakriabá com o mundo não indígena, buscamos compreender como esse povo indígena tem se ajustado aos projetos sociais, focalizando como esses projetos adentram nas suas relações internas e refletindo sobre como esse povo indígena tem tornado suas, as coisas dos não indígenas; como eles as têm tornado Xakriabá.

Nessa perspectiva, cabe destacar que esses projetos têm possibilitado a esse povo indígena trazer de volta algumas práticas culturais que foram abandonadas ao longo dos tempos. Entre tais práticas, podemos mencionar a produção da rapadura e a valorização das sementes nativas (principalmente de milho), as chamadas sementes crioulas, que há muito tempo foram sendo substituídas por sementes vindas de fora, que passaram a ser frequentemente distribuídas para plantio pela própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Além disso, o advento dos projetos também possibilitou o fortalecimento e a ampliação de outras práticas valorizadas pelos Xakriabá, como a produção do artesanato e da farinha que, sendo objetos dos projetos, ganham incremento e maior visibilidade nas comunidades.

Por isso, não nos pareceu surpreendente que, em muitas situações vivenciadas em conversas com pessoas das várias aldeias, pudéssemos ouvir ecoar o discurso de que “projeto é cultura”. O conceito de cultura mobilizado aqui, contudo, ultrapassa a perspectiva da manutenção ou recuperação do passado, mas tem um forte apelo àquilo que é vivido hoje. Edgar Xakriabá⁴, ao se referir aos projetos sociais desenvolvidos em sua aldeia afirma: “*É uma coisa viva. É a cultura, é a sustentabilidade, é o movimento. A cultura não fica parada no tempo. Ela busca elementos lá de fora. Vêm os recursos dos projetos para movimentar essa vida.*”

Essa compreensão de cultura como produção humana, que não é determinada, fechada nos seus significados, amplia a percepção das configurações que vão se constituindo na organização social e política do povo indígena Xakriabá. Essas configurações, decorrentes da entrada dos projetos sociais no território Xakriabá, definem outros modos de relação com as atividades produtivas, com a gestão de recursos financeiros, com a negociação entre as pessoas da comunidade e os vários parceiros e, também, com as formas de registro que se apresentam nas várias etapas dos projetos: análise do edital, elaboração do texto do projeto, organização e controle da produção, construção de relatórios, formas de pagamentos, prestação de contas e outros documentos.

Práticas de numeramento, etnomatemática e táticas de resistência

Na relação dos Xakriabá com os projetos sociais, demandas próprias das sociedades letradas passam a incorporar-se aos processos de produção e aos modos de gerenciá-los. Para apropriar-se dessas práticas hegemônicas de leitura e escrita, “o sujeito precisa mobilizar uma diversidade cada vez maior de conhecimentos), entre os quais, destacam-se os conhecimentos matemáticos” (Fonseca, 2010, p. 327).

O conceito de numeramento é, pois, assumido neste trabalho, na perspectiva desenvolvida pelos estudos realizados pelo Grupo de Estudos sobre Numeramento (GEN) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais⁵. Os estudos realizados por esse grupo focalizam práticas sociais que reconhecemos referenciadas em um modo escrito de matematizar, o que inclui não só a quase totalidade das práticas matemáticas mobilizadas no contexto escolar, mas também muitas daquelas que são forjadas em outros espaços sociais que mantêm com a/s cultura/s escrita/s algum tipo de relação.

Também neste estudo, as práticas de numeramento são consideradas no âmbito das preocupações com o letramento, ou seja, operamos com o conceito de numeramento como uma dimensão do letramento. Com efeito, entendemos as práticas de numeramento que aqui vamos focalizar como práticas discursivas de algum modo relacionadas à cultura escrita, destacando, com isso, sua dimensão relacional: as práticas de numeramento se configuram “nas relações entre pessoas e entre grupos e nas relações dessas e desses com conhecimentos que associamos à matemática” (Souza, 2008, p.52). Essas relações são carregadas de valores atribuídos à matemática em um dado contexto social, apresentando dilemas, interpretações, valorações, escolhas, composições, imposições, enfrentamentos, adequações, resistências. Por isso, considerar as práticas de numeramento como práticas sociais não neutras e que envolvem relações de quantificação, mensuração, ordenação, localização e classificação, geradas por

⁴ Com a autorização dos sujeitos, seus nomes são aqui mencionados.

⁵ Grupo cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais, supõe deslocamentos em nossos modos de ver pessoas e/ou grupos sociais nas suas relações com as práticas matemáticas.

Esses deslocamentos têm aproximado os estudos que focalizam as práticas de numeramento e as abordagens numa perspectiva etnomatemática, como a que é assumida nos estudos de Knijnik (2004, 2006) e Knijnik *et al* (2012), por exemplo, à medida que a mobilização do conceito de numeramento se estabelece como “um instrumento de denúncia dos processos de exclusão ou de inclusão precária” (Fonseca, 2010, p. 331), aos quais são submetidos certos grupos culturais, cujos modos de significar as relações quantitativas se distinguem dos modos hegemônicos de matematicar.

Com efeito, a perspectiva da Etnomatemática apresentada por Knijnik (2006), ao alinhar-se ao pós-modernismo,

“rejeita uma pensamento totalizante, as metanarrativas iluministas, os referenciais universais, as transcendências e as essências e que, implodindo a Razão moderna, deixa-a nos cacos das racionalidades regionais, das razões particulares” (Veiga-Neto, 1998, p.145, *apud*, Knijnik, 2006, p. 120).

Para Knijnik. é desses “cacos das racionalidades regionais, das razões particulares” que se ocupa a Etnomatemática; são esses o seu principal objeto de estudo. Knijnik *et al* (2012) advertem, porém, que os sentidos que o campo da Etnomatemática vai assumindo na contemporaneidade obriga a pensá-lo “em suas conexões com as novas configurações econômicas, sociais, culturais e políticas do mundo de hoje” (Knijnik *et al*, 2012, p. 14). Ao falar da gestão dos recursos financeiros de um projeto, Nicolau, presidente da Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto, responsável pela gestão dos projetos Xakriabá, ressalta que é importante ter *jogo de cintura*, enfatizando os processos de submissão e resistência ao assujeitamento impostos pelo processo de elaboração e gestão dos projetos sociais na comunidade indígena Xakriabá:

“*Só que o que nós compremo em vez de dar cinco deu onze. Por quê? Porque nós compremo cerâmica que não tava no projeto, compremo oito lata de tinta que não tava no projeto. Procê fazer uma construção dessa, cê coloca lá 600 metros de ferro, igual foi feito aqui, vai mais de 1.000. Então cê tem mais 400 metros pra comprar, já num tem dinheiro. Cê precisa de mais barra de ferro porque lá só tem é... Quando precisa mais 400, mas esses ferro de fazer o triângulo não tem, num tá no projeto, então cê tem que comprar a mais. Aí é onde a gente, esse projeto se não tiver jogo de cintura, a gente acaba nem fazendo. Porque é muita coisa que falta e poucas que sobra*” (Nicolau, em **entrevista concedida em 21/02/2012**).

Nas estratégias elaboradas e desenvolvidas pelos sujeitos, estão envolvidas instâncias de quantificação, classificação, medição, ordenação e os valores e as relações de poder a elas relacionadas, nas quais se identificam processos de submissão e resistência. Tais processos definem o posicionamento dos sujeitos nessas práticas e sua própria posição de sujeito nos projetos sociais e em sua gestão.

Por isso, em sua análise, recorreremos a Michel de Certeau que, em seu livro *A invenção do cotidiano*, tematiza as práticas cotidianas buscando “maneiras de fazer”, interpretando-as como táticas de resistência que as pessoas empregam na vida social. Certeau, em suas análises, desloca

a atenção do “consumidor supostamente passivo dos produtos recebidos” para dar destaque à “criação anônima nascida do desvio no uso desses produtos”. Esse autor, ao romper com o rotineiro postulado da “passividade dos consumidores”, analisa a capacidade criativa das pessoas, as astúcias dos consumidores, que chegam a compor uma “rede de antidisciplina”, em que cada um inventa para si próprio o que seria uma maneira de transitar pelos produtos impostos.

É reconhecendo, nas estratégias que são elaboradas e desenvolvidas na apropriação de práticas de numeramento relativas à gestão dos projetos sociais, a constituição desses processos de submissão e resistência que definem o posicionamento dos sujeitos nessas práticas e sua própria posição de sujeito nos projetos sociais e em sua gestão, que queremos compreendê-los como processos de indigenização dos projetos sociais, à medida que, apropriando-se de práticas, os Xakriabá incorporam-nas ao seu próprio sistema de mundo.

Exercícios de análise

A gestão dos projetos: “porque é muita coisa que falta e pouca que sobra”

A seguir, apresentamos uma análise das práticas de gestão desenvolvidas por Nicolau, presidente da Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto. Tais práticas referem-se ao projeto Casa de Farinha, desenvolvido na aldeia Sumaré 3, na Terra Indígena Xakriabá.

Nas práticas de numeramento que conformam o processo da gestão dos projetos não é difícil identificar a matemática como suporte às situações de controle impostas pelos órgãos financiadores: planilhas devem ser coerentes e completamente preenchidas; gastos devem ser corretamente classificados por rubricas; ações ou processos precisam ser registrados e justificados; “as contas têm que fechar”.

Quando o Projeto da aldeia Sumaré 3 foi enviado para a Carteira Indígena⁶, não foi exigida da associação a planta das construções previstas [farinheira, minipadaria, criatório de galinhas]. Em um dos itens do projeto, era exigido apenas que fosse descrito o que seria necessário para realizar cada uma das atividades previstas, qual o custo de cada uma e em que tipo de despesa esses custos se enquadravam. Nicolau relata como eles calculavam os materiais necessários a cada uma das construções previstas e como eram feitos os projetos de tais construções.

“O projeto da construção nós já temos ele na cabeça, é só falar que é vinte por oito. No caso da Casa de Farinha da aldeia Sumaré 3, a gente colocou assim: um quarto, sala de produção para fazer a farinha, um quarto para ser o Banco de Semente, outro para a comunidade armazenar alguma coisa. Aí vem cá no fundo um quadrado de oito por oito para a padaria. Com base nesse croqui que já temos na cabeça, é que faz o cálculo de quanto de material precisa. Às vezes, a gente faz junto com o pedreiro. Mas, já na primeira vez do Projeto da Farinheira da aldeia Vargens, a gente já deu um cálculo, mas nem teve tanto cálculo porque o plano do projeto era assim: tinham dois mil blocos para

⁶A Carteira Indígena, cujo nome oficial é “Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas”, decorre de ação conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). É uma ação do governo federal, cuja finalidade é apoiar e fomentar o desenvolvimento sustentável, a gestão ambiental das terras indígenas e a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, em todo o território nacional.

fazer o alicerce, as ferragens e os quadrados para fazer a diagonal” (Nicolau, em entrevista concedida em 21/02/2012).

Mesmo que a elaboração do projeto exigisse uma previsão de recursos destinados a cada “insumo” (tijolo, areia, brita, cimento, etc.), a impressão inicial que temos, ao ouvir Nicolau dizer que o projeto da construção “já temos ele na cabeça”, que “é só falar que é vinte por oito”, que o cálculo “a gente faz junto com o pedreiro”, que “nem teve tanto cálculo assim” e que ele se submete à disponibilidade de material, é que os procedimentos de planejamento, cálculo e registro das ações são, de certa forma, desdenhados.

Pelo fato de ter experiência em executar um projeto, Nicolau confessa já estar na sua “cabeça” um plano básico que lhe permitirá efetuar a compra do material necessário. A explicitação desse projeto é feita em termos simples: “é só falar que é vinte por oito”, e orienta não só a compra dos materiais, mas também seu uso em negociação com o pedreiro. O modo de Nicolau conduzir a gestão não se filia, pois, a uma racionalidade matemática hegemônica:

“(…) em sua intenção e método, engendram uma produção discursiva permeada pela valorização da exatidão, da certeza, da perfeição, do rigor, da previsibilidade, da universalidade, da indubitabilidade, da objetividade, das “cadeias de razões”, da linearidade, etc”. (Souza e Fonseca, 2010, p. 56).

Com efeito, na condução das construções (farinheira, minipadaria, criatório de galinhas) para a efetivação do projeto da aldeia Sumaré 3, vemos instaurarem-se práticas matemáticas orais que revelam outros modos de as pessoas lidarem matematicamente com o mundo e que têm sido muitas vezes chamadas de cálculo mental (Knjnik, 2004b, p.222). Tais práticas de numeramento “mobilizam, para cada situação, uma estratégia específica e que, por isso, diferem das práticas de numeramento escolares/escritas que valorizam a generalidade, a padronização e o controle” (Souza e Fonseca, 2010, p. 96). Por isso, Nicolau justifica dispensarem “tanto cálculo”, uma vez que o projeto da farinheira, aproximando-se o mais possível do que “a gente colocou” [os cinco cômodos, cada qual com sua função], poderá ser construído com “dois mil blocos para fazer o alicerce, as ferragens e os quadrados para fazer a diagonal” que tinha ali disponíveis, comprados com base em um cálculo que “a gente já deu”, a partir da experiência do Projeto da Farinheira da aldeia Vargens.

Nesse processo inicial de lidar com os recursos do projeto, as formalidades de planejamento não ocupam uma centralidade. Nas práticas de gestão a que Nicolau vai se referindo, joga-se o tempo todo com as situações para transformá-las em “ocasiões” (Certeau, 2011, p. 46). Ele parece vigiar “para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho”. Assim, ele consegue, em momentos oportunos, “combinar elementos heterogêneos” que definem como serão feitas as construções. A despeito da existência de um planejamento, ele não se submete a um discurso, e sua prática de gestão vai se configurando na “própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’” (idem):

“Aí, nós ideiou de fazer tijolinho. Então, antes do recurso do projeto cair na conta, nós fizemos um mutirão no celeiro, lá perto da casa de Ivone, fizemos mais ou menos uns oito mil tijolo. Nós pôs fogo, mas aquela dificuldade na comunidade: ia um grupinho de seis pessoas, e ficava assim, um ia outro não ia. Ainda bem que nós fez, pois, como nós tinha material sobrando desse projeto, que era madeira, o orçamento estava bem alto, aí foi que a gente conseguiu de dois mil que tinha no orçamento, nós compramos quatro mil. Todo o alicerce foi feito de tijolo, em vez de nós levantar com tijolinho nós fizemos com

bloco, faltou mais um pouco, e a gente comprou mais”. (Nicolau, em entrevista concedida em 21/02/2012).

Quando a comunidade “*ideiou de fazer tijolinho*”, antes mesmo de o recurso do projeto cair na conta da associação, viu-se a oportunidade de aproveitar as “ocasiões”. Essa tática (Certeau, 2011), no entanto, não tem uma implementação trivial: é preciso pôr “fogo” [para cozer os tijolos ou para incentivar os companheiros], mas, mesmo assim, é “*aquela dificuldade*”. A avaliação, porém, é positiva: “*ainda bem que nós fez*”. Assim, a tática opera “lance por lance” e vai prevendo soluções segundo os interesses e os modos de vida desse grupo indígena.

A gestão dos recursos vai se constituindo, desse modo, em um novo fluxo que não necessariamente o que estava projetado no início. E esse movimento nos sugere também que não há uma preocupação “moral” com essa suposta falta de planejamento. A gestão do projeto se apoia em experiências anteriores, mas é algo da vida, das circunstâncias, que se estabelece fazendo “uma bricolagem com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras” (Certeau, 2011, p.40).

O acolhimento da imprevisibilidade como uma possibilidade na gestão dos recursos não significa, porém, um descaso com as experiências já vividas em outros projetos. Pelo contrário, o pouco investimento na formalização e obediência a um planejamento do gasto dos recursos convive com a consideração das experiências de gestão anteriores para tentar acertar “*a conta*”, “*pra bater*”.

“Foi quando nós apanhamos no projeto da aldeia Custódio, não com material, mas com diária do pedreiro, pois lá tinha cem diárias de pedreiro. E lá nós gastamos cento e trinta, só que lá foi dobrado. A parede foi feita com tijolo dobrado também, igual aqui, aí material não faltou, mas diária faltou. Aí, a prefeitura contribuiu com a nossa diária lá pra finalizar, porque faltou um pouquinho pra terminar lá um banheiro, mas já está mais ou menos tudo concluído. Aí, no projeto da Caatinguinha, como a gente já tinha apanhado no Projeto da aldeia Custódio, a gente colocou cento e trinta e sete diárias. Aí, o da Caatinguinha foi a conta. E já do Sumaré 3, como é uma obra maior, vamos colocar duzentas diárias e cem do servente. Por que cem? Porque já estava prevista a ajuda da comunidade, aí ficava metade, cem pagava e outros cem se gastar era a comunidade, mais cem... Aí, só que os pedreiros, serventes, nós estamos fechando pra conta bater. Já estava fechando, só tinha cinco diárias...” (Nicolau, em entrevista concedida em 21/02/2012).

Se para resolver o problema do descompasso entre as diárias previstas no projeto e as que foram efetivamente necessárias no Projeto da aldeia Custódio foi preciso recorrer à estrutura da Prefeitura de Missões, no projeto da Aldeia Caatinguinha, “*como a gente já tinha apanhado*”, considerou-se essa experiência e incorporou-se a necessidade de outras diárias na previsão enviada ao financiador. Com a “ajuda da comunidade” fazem-se também previsões e a economia decorrente dessa ajuda é contabilizada no projeto. Mesmo assim, sempre se espera que serão necessários ajustes “*pra conta bater*”.

Ainda que se contasse com as parcerias para as “horas de aperto”, não se pode negar que os discursos se deixam permear por uma valorização das “certezas cartesianas, discursivamente produzidas pela matemática escolar escrita, em sua pretensão de marcar como corretos apenas determinados modos de pensar que se configuram em certas estratégias de cálculo” (Souza e

Fonseca, 2010, p. 96). Nicolau realiza esforços para “fechar as contas”, “pra bater”, para prever os gastos de forma mais próxima ao que, se baseado em experiências anteriores, se espera gastar.

“Teve a contrapartida da comunidade, mas assim, algumas coisinhas, mas não teve... Mas é só pelo projeto... Aí já as diárias de pedreiro, que nós estava achando... Ah, a construção daquela lá vai em mais de duzentas diárias, agora está fechando cem, quer dizer que nós vamos ter a metade das diárias pra poder movimentar com outra coisa. Mas aí você não pode pegar o dinheiro da diária e pôr em outra coisa. Só pode assim, a partir do que sobrar daquele recurso, você pode mandar assim, como se diz, é, você manda falando: “Oh, sobrou cem diárias, porque o projeto foi duzentas e nós pode investir em equipamento para a padaria, por exemplo”. Aí, nós pode usar aquele recurso” (Nicolau, em entrevista concedida em 21/02/2012).

Nicolau lida com a imprevisibilidade da contrapartida da comunidade e busca alternativas para fazer a gestão porque reconhece que, se a experiência auxilia no planejamento, há variáveis imponderáveis [a disposição, por exemplo] que exigem que se encontrem alternativas. São as táticas que Nicolau vai estabelecendo, aproveitando o tempo e as “ocasiões”. Assim, valendo-se de táticas, entre momentos sucessivos de um “golpe”, Nicolau volta-se ao financiador para ver possibilidades de rever o que foi previsto no projeto enviado à Carteira Indígena.

“Quando eu liguei pro Gustavo da Carteira Indígena, eles falaram: - Não tem problema não, pode gastar porque a Carteira Indígena não está fazendo isso mais não, tudo o que prever no projeto, o que você fazer lá de um recurso que sobrou pra fazer outra coisa, é só você escrever falando que sobrou tanto disso e que você colocou...” (Nicolau, em entrevista concedida em 21/02/2012).

Se sobrar o recurso previsto para a compra de um equipamento ou na prestação de serviços, no caso as diárias de pedreiros, pode haver remanejamento do mesmo “pra fazer outra coisa”, desde que a associação envie ofício solicitando tal remanejamento à Carteira Indígena: “precisava fazer um ofício pedindo pra fazer outra coisa”. Vê-se, entretanto, que, mesmo com a existência de certa flexibilidade no manejo dos recursos, há o controle que é marcado pela escrita. É o poder da escrita propiciando a potencialização “dos valores da racionalidade cartesiana: exatidão, certeza, perfeição, rigor, previsibilidade, universalidade, generalidade, objetividade e linearidade” (Souza e Fonseca, 2010, p. 98). É o poder da cultura escrita possibilitando que a razão cartesiana argumente e se veicule “de modo a permear as diversas práticas sociais das sociedades grafocêntricas, inclusive e, particularmente, as práticas de numeramento mais valorizadas nessa sociedade” que também conformam o processo de gestão dos projetos sociais Xakriabá.

Apesar de as narrativas de Nicolau revelarem ações de planejamento e adequação às normas dos órgãos financiadores, tais ações não se empreendem em nome da “saúde financeira” do projeto ou de uma “moralidade” que exige tal planejamento. Trata-se de uma apropriação de práticas que lhes permitirá sentirem-se mais confortáveis na gestão dos projetos, a ponto de conseguirem compreender [e prever] a perspectiva que lhes atribuem os órgãos de fomento.

“Assim, toda mudança que a gente vai fazer, eles lá na hora mudam o que tiver de mudar. No projeto do Sumaré 3, eu ainda nem recebi o ofício de autorização, mas eu já fui lá e paguei a dívida. Mas, por quê? Porque já enviei por fax, ele avaliou no outro dia. No outro dia, eu liguei, isso foi na sexta, na segunda eu liguei lá, falei: “Não, foi

aprovado, nós já estamos enviando o ofício”. Então, nós já gastemo, né? Porque o ofício já foi autorizado, já desde a semana passada. E no projeto o que nós tinha de saldo, que nós podia gastar até 5 mil, nós tinha dado 11 mil. Aí foi com esse remanejamento dos pedreiro, era 200 diária, nós gastemo só 100; 100 nós remanejemo pra cobrir o gasto, aí deu pra...” (Nicolau, em entrevista concedida em 21/02/2012).

Essa previsão, no entanto, não se lhes apresenta como absoluta, nem funcionará de modo a cercear gastos que julguem necessário fazer à revelia de planejamento original ou mesmo daquele que até já fora revisto. Nessas situações, Nicolau elabora sua versão da indigenização da gestão:

“Aí é onde a gente, esse projeto, se num tiver jogo de cintura, a gente acaba nem fazendo. Porque é muita coisa que falta e poucas que sobra. Na hora que você quer fazer uma construção de boa qualidade, igual essa aqui mesmo, todo mundo chega aqui e fala assim: “Isso aqui é construção pra colocar uma laje”. Tudo dobrado, essas parede aqui, tudo dobrado. E as outras construção que eles fazem aí num é assim, eles fazem de bloco em pé. Gasta mais dias de pedreiro, gasta mais cimento, isso aqui oh, o aterro que deu isso aqui, cê vai olhar um quarto daquele dali, a estrutura que tem pra baixo, é coisa pra num acabar. Pode acabar um dia...” (Nicolau, em entrevista concedida em 21/02/2012).

A intenção de Nicolau é utilizar, da melhor maneira possível, os recursos disponíveis. Para isso, ele burla, inclusive, o previsto e compra itens que não estavam no projeto: “*compremo cerâmica que não tava no projeto, compreimo oito lata de tinta que não tava no projeto*”. E não é só escrevendo que se garante que tudo vai dando certo: “*se num tiver jogo de cintura a gente acaba nem fazendo*”. Na verdade, é um modo próprio de gerir o projeto, é a indigenização da gestão dos projetos.

Conclusões

Nicolau, como grande articulador das relações interculturais e interinstitucionais nas quais a Associação Indígena Xakriabá da Aldeia Barreiro Preto está envolvida, em suas táticas de fazer a gestão dos projetos sociais, mesmo sem grande domínio da leitura, da escrita e da matemática, transita por esse mundo que se traduz pela e para a escrita, trazendo consigo a experiência vivida no universo Xakriabá: “*se num tiver jogo de cintura, a gente acaba nem fazendo*”. E são essas táticas que Nicolau utiliza para “jogar com o terreno que lhe é imposto” (Certeau, 2011, p. 94) e operando “golpe por golpe, lance por lance”, aproveita as “ocasiões”. E para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante, Nicolau utiliza “vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (Certeau, 2011, p. 95).

Nessa astuciosa captura de elementos do mundo não indígena se estabelecem novos desafios aos Xakriabá na lida com a gestão dos projetos sociais: são novas indigenizações que aqui buscamos compreender. Tal captura, como vimos, não se realiza isenta de uma “dinâmica de restrição” que, funcionando como um filtro de técnicas, argumentos, valores, etc., não deixa que se tornem “comuns” os modos de os Xakriabá fazerem a gestão dos projetos sociais. Estabelece-se o modo Xakriabá de definir, escrever, narrar, engajar-se, desenvolver e gerir os projetos sociais no confronto com tudo o que envolve o mundo não indígena: “é importante que se saiba que o imperialismo não está lidando com amadores nesse negócio de construção de alteridades ou de produção de identidades” (Sahlins, 1997b, p. 133).

Percebemos neste estudo a emergência de uma configuração própria de práticas de numeramento que, no atendimento às exigências da gestão dos projetos, estabelecem procedimentos lógicos de um modo Xakriabá de conceber, organizar, operar, avaliar e relatar seus processos de produção, de sua vivência, de sua cultura.

Referências

- Certeau, M. de. (2011). *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 17 ed. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes.
- Fonseca, M. C. F. R. (2010). Matemática, cultura escrita e numeramento. In: Marinho M. e Carvalho G. T. (orgs.). *Cultura escrita e letramento* (pp. 68-100). Belo Horizonte: UFMG.
- Gomes, A. M. R.; Silva, R. C.; Santos, R. B. (2008). Organização da aprendizagem e participação das crianças Xakriabá no contexto familiar e comunitário. In: *32ª Reunião Anual ANPOCS*, Caxambu. Anais eletrônico. (CDROM).
- Knijnik, Gelsa. (2004). Algumas dimensões do alfabetismo matemático e suas implicações curriculares. In: Fonseca, M. C. F. R. (Org.). *Letramento no Brasil: habilidades matemáticas* (pp. 213-224). São Paulo: Global Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação.
- Knijnik, Gelsa. (2006). *Educação matemática, culturas e conhecimentos na luta pela terra*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Knijnik, Gelsa et al. (2012). *Etnomatemática em movimento*. Belo Horizonte: Autêntica - Coleção Tendências em Educação Matemática.
- Rockwell, Elsie. (2010.) L'appropriation de l'écriture dans deux villages nahua du centre Du Mexique. *Langage et Société*, 133, 83-99.
- Sahlins, M.(1997a/1997b). *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I e II)*. Mana. (41-73 e 103-150). Rio de Janeiro, 3/(1 e 2).
- Souza, Maria Celeste R. F. de. (2008). *Gênero e matemática(s) – jogos de verdade nas práticas de numeramento de alunas e alunos na Educação de Pessoas Jovens e Adultas*. (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- Souza, M. C. R.F. de; Fonseca, M. da C. F.R. (2013). *Razão Cartesiana, Matemática e Sujeito – olhares foucaultianos*. *Educação e Realidade*, 303-322 Porto Alegre. Disponível em: http://ufrgs.br/edu_realidade